

- 5 OUT 1985

Sarney prega um novo padrão de crescimento

Reforçando a coerência política de estimular a livre empresa, o presidente José Sarney disse ontem, em São Paulo, na entrega do prêmio "Melhores e Maiores" da revista *Exame*, que o momento é de um novo padrão de crescimento, "enterrando o autoritarismo e o arbítrio do governo na economia". Afirmou ser necessário eliminar a ineficiência e expansão do Estado e enalteceu o setor privado, que, ao voltar para a exportação, reduzir o déficit público e o endividamento, foi o responsável pelo saldo na balança comercial. Reconheceu que este setor ainda está limitado pelos juros e gigantismo do Estado e trouxe um novo conceito para aproveitar o momento da privatização, a qual deve ir além da venda de ativos, implicando na participação dos empresários no desenvolvimento.

O novo processo, segundo ele, começa pela criação de condições para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, sem paternalismo e juros subsidiados, mas estimulando a capacidade empresarial, para não criar marginais que têm de evadir-se de uma legislação incompatível.

"É preciso fazer emergir a economia submersa; reconhecer as virtudes do lucro; democratizar o acesso ao mercado", defendeu o presidente, ao pregar também a redução da regulamentação da economia: "É proibido autorizar", ordenou o presidente.

Sarney também defendeu o fim de uma tradição cartorial e a diminuição das empresas públicas, quer pela eliminação das desnecessárias ou pela transferência ao setor público. Mas advertiu que essa negociação não esquecerá o interesse coletivo: "Não esperem que venhamos a perder o comando sobre empresas vinculadas aos interesses nacionais. Mas os planos incluem a transferência de empresas de porte significativo", concluiu o presidente, ao afirmar que para este processo o governo tem pressa.

EMPRESÁRIOS

Os empresários mais representativos da indústria nacional consideram o pacto social uma necessidade. Para Antonio Ermírio de Moraes o debate da trimestralidade não deve esquecer a sua importância enquanto a inflação estiver ao nível de 220%. Em sua opinião, a trimestralidade só é inflacionária se for vista na ótica do governo, que é um péssimo administrador. O presidente da Febraban, Roberto Bornhausen, lembra que a viabilidade política do pacto depende de quem irá conduzi-lo, mas em sua opinião a trimestralidade tem conseqüências inflacionárias que corroem, pela aceleração da inflação, os próprios ganhos.

Já para Horácio Cherkassky, a trimestralidade entendida como antecipação é inevitável diante dos níveis de inflação. O vice-presidente da Fiesp vai mais além: o pacto, segundo ele, é um contrato que conduzirá à paz social, e a trimestralidade, desde que seja um adiantamento com base no custo de vida, é indispensável.

Foto Jovaci C. de Freitas
A entrega do prêmio, realizada no Palácio dos Bandeirantes

Setor privado bem estruturado

Discurso do presidente José Sarney na solenidade — ontem, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo — de entrega de prêmio às "maiores e melhores" empresas, outorgado pela revista *Exame*.

"Na oportunidade em que uma das respeitáveis publicações econômicas do País homenageia as empresas de destaque nos principais setores produtivos do País, o presidente da República, em nome do governo, comparece para prestigiar o evento, prestigiando a livre iniciativa.

Venho para congratular-me com os empresários selecionados, cujos méritos foram aferidos pelo impiedoso e irrecorrível mecanismo de julgamento do mercado.

A indicação de uma empresa da área de informática como a melhor do ano tem para o País um significado especial. O sucesso neste setor demonstra o acerto do Congresso Nacional, ao aprovar quase por unanimidade a lei que atribuiu vantagens temporárias a uma área vital para a sustentação do desenvolvimento tecnológico do País. A resposta do setor está sendo rápida e eficiente. Poderemos, assim, no prazo legal de oito anos, implantar a competência nacional e enfrentar a concorrência internacional em condições equilibradas.

Reforço mais uma vez um traço constante ao longo de toda a minha vida política: a crença inabalável no papel da iniciativa privada na redenção econômica do País. É um ato de coerência política criar condições para a liberdade empresarial no País, conforme preconizado no programa da Aliança Democrática. O momento é de florescimento de um novo padrão de crescimento para a Nação, enterrando-se, juntamente com o autoritarismo, o arbítrio do governo na economia.

Na verdade, poucas vezes na nossa história tivemos oportunidade tão favorável à alteração da natureza do processo econômico brasileiro. Após décadas de crescimento conduzido pelo gasto público, o País tem de proceder ao ajustamento do setor público, eliminando a ineficiência e sua expansão avassaladora.

O setor privado, apesar de ter atravessado o período recessivo mais dramático da vida econômica do País, completou uma metamorfose, responsável pela recuperação da solvabilidade internacional: voltou-se para a exportação, reduziu drasticamente o conteúdo importado da sua produção e diminuiu rapidamente a relação dívida/recursos próprios de suas empresas. Mesmo atribuindo-se o devido crédito ao setor público pelo sucesso na redução da nossa dependência através do petróleo importado, pode-se afirmar que a agilidade de resposta do setor privado foi a principal responsável pelos êxitos alcançados nos saídos comerciais.

Em conseqüência, no momento atual encontramos-nos com um setor privado bem-estruturado, dispondo de ociosidade em diversos segmentos e limitado no seu crescimento apenas pelos excessivos níveis dos juros reais domésticos e pela ameaça do gigantismo estatal.

Por outro lado, o setor público está tendo de abrir mão de investimentos prioritários em suas empresas estatais por falta de recursos. Cria-se assim uma feliz convergência entre a pressão doutrinária por mais liberdade empresarial e a realidade econômica, a indicar o caminho da privatização. Deixar passar esta oportunidade significaria amargar mais para a frente a desertificação do sistema econômico nas bases em que hoje o concebemos.

O neologismo desestatização — comprometido por uma série de hesitações, fracassos e, principalmente, frustrações — já não tem força para designar o projeto em que o governo se empenha.

O conceito "desestatização" tornou-se, por seu uso e abuso, limitativo, provocativo e até mesmo polêmico do ponto de vista prático.

É um novo conceito o que hoje venho aqui trazer. A privatização da economia brasileira deve ir mais além da mera venda de ativos do setor público. Ela deve ser compreendida como uma nova postura, na qual a liderança do processo de desenvolvimento econômico passa a ser exercida por um setor privado desvinculado das peias do estatismo.

Todo o governo deve estar engajado neste processo. Ele compreenderá três áreas de atuação:

— Criação de condições de desenvolvimento das pequenas e médias empresas, entendida não mais como um programa paternalista, com juros subsidiados e assistencialismo técnico que só faz viciar o empresário nas benesses governamentais. O objetivo é o de proporcionar condições de crescimento ao cidadão com ambições empresariais. Estimular sua criatividade, sem transformá-lo no marginal que tem de evadir-se a uma legislação incompatível com o nível de sua operação. Fazer emergir a economia submersa, reconhecer as virtudes do lucro justo, democratizar o acesso ao mercado, eis as diretrizes desta ação.

— Redução da regulamentação econômica sobre a atividade privada, engajando o Brasil num movimento internacional que vem colhendo resultados inquestionáveis. Ao contrário do aplicável à censura "é proibido proibir", aqui se dirá "é proibido autorizar". Temos que romper nossa tradição cartorial, pela qual a herança das corporações de ofício medievais nos impinge os reconhecimentos legais, as cartas-patentes, os licenciamentos, os controles em geral. Toda a regulamentação governamental de um setor, no seu nascedouro, emana do conceito de proteção ao consumidor. Entretanto, evoluiu rapidamente para a legitimação de um cartel, que passa a ser o principal (senão o único) defensor da manutenção da intervenção pública no setor;

— Diminuição do número de empresas públicas, quer pela eliminação das desnecessárias, quer por transferências ao setor privado. Neste esforço, vamos nos valer de práticas consagradas no mercado para efetivar as transferências, sem jamais deixar margem de dúvida quanto à primazia da defesa do interesse coletivo no processo de negociação. Não esperem que venhamos a perder o comando sobre empresas vinculadas ao interesse nacional, mas tenham a certeza de que em nossos planos incluem-se as empresas de porte bem mais significativo do que a do bondinho do Corcovado.

Temos pressa, senhores. O momento é de reduzir a participação governamental na economia para concentrá-la no combate à miséria e na eliminação das disparidades regionais. Zelar pela nossa soberania sem a xenofobia. Ousar romper as cadeias do imobilismo para construirmos uma sociedade mais livre. Este, o nosso desafio; esta, a batalha para a qual os senhores estão compulsoriamente recrutados.

Congratulo-me com os vencedores deste prêmio, que consagra empresários que têm sua vida dedicada ao desenvolvimento e progresso do País.

Muito obrigado."